

Para uma súmula de conclusões

I CONGRESSO NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA

Ana Paula Garc s

Lisboa – Portugal | Junho de 2010

As notas conclusivas do I Congresso Nacional de Segurança e Defesa apresentam-se sumariamente, estruturada que foi a reflexão em torno de quatro eixos: (1), O patrim nio imaterial nacional; (2) As responsabilidades nacionais na Europa e no Mundo; (3) As capacidades e formas de interveno, no plano da segurança interna e externa e no plano da cooperao civil-militar; e (4) Propostas e contributos para uma estratégia de segurança nacional. Visam ser um contributo para a definio de um robustecido conceito estratégico nacional, à luz de propostas para o flexível emprego dos factores imateriais e materiais da Nao num ambiente estratégico pautado pela incerteza, complexidade e volatilidade. A gestão do risco global de um largo leque de ameaças, algumas de carácter transfronteiriço, convidam a repensar a educao para a cidadania a par de o tipo de abordagem e as formas de articulao entre as esferas da segurança interna e da defesa externa, sem descurar a especificidade da natureza e das missões das forças armadas, policiais e de inteligência. O posicionamento de Portugal no mundo e o seu patrim nio universal de experiências abre têm também novas perspectivas para uma mais eficaz articulao entre os p los da Lusofonia entre Europa, África, América e a Insulíndia, no seio de uma globalizao que continua a refazer as fronteiras da segurança.

Ana Paula Garcês é politóloga. Pós-doutorada em Ciência Política, Relações Internacionais e Estratégia na Universidade Católica Portuguesa e *Senior Associate* do St Antony's College da University of Oxford, é investigadora e docente universitária. Com Guilherme d'Oliveira Martins, é co-editora científica do livro *Os Grandes Mestres da Estratégia. Estudos sobre o poder da guerra e da paz* (Coimbra: Almedina, 2009). Participou na avaliação científica das comunicações apresentadas ao I Congresso Nacional de Segurança e Defesa (Lisboa, 2010).

Declaração de responsabilidade:

O conteúdo da presente comunicação apenas responsabiliza a sua Autora.

Excelentíssimo Consultor de *O Presidente da República* para a Segurança Nacional
Senhor Dr. Abílio Morgado

Excelentíssimo Presidente da Comissão Organizadora
Senhor Dr. António Figueiredo Lopes

... Meu estimado Amigo

Ilustres membros do Painel da Sessão de Encerramento

Senhor Professor Doutor José Manuel Anes

Senhor Contra-Almirante Carlos Rodolfo

... Minhas Senhoras e Senhores

Permitam-me um sintético preâmbulo para, enquanto cidadã da República e membro da Academia, que aqui está exclusivamente pela causa Portugal, saudar uma iniciativa de que são mentores os senhores *Professor Doutor Adriano Moreira*, Presidente da Comissão Científica, e *Dr. António Figueiredo Lopes*, Presidente da Comissão Organizadora. Bem-hajam, bem como a todos os V/ colaboradores, pelo espaço de reflexão que souberam criar em torno de duas esferas na vida do País e que ouse resumir numa ideia pessoal se esta é definível em poucas palavras:

PENSAR PORTUGAL à luz das gentes e das instituições, numa perspectiva de serviço cívico, no sentido de disponibilizar contributos para a definição de um robustecido *conceito estratégico nacional* integrativo das esferas da segurança interna e da defesa externa, em ambiente de alta exigência e que urge recentrar no bem comum, de forma responsável, rigorosa e criativa.

Da sementeira e dos semeadores falará a terra e o céu, a língua e o seu mar, que a cultura portuguesa esteve aqui presente. Ou, por outras palavras, dada a raiz maioritária da audiência e porque *a estratégia é a sapiência do emprego do tempo e do espaço*, o futuro trará os frutos da diligência talvez nos termos equacionados por um famoso militar inclinado às letras. Escreveu ele numa página em branco:

“Sou menos avaro com o espaço do que com o tempo. O espaço pode ser resgatado. O tempo perdido, jamais.”

Minhas senhoras e meus senhores:

As comunicações ao I Congresso Nacional de Segurança e Defesa estruturaram-se sumariamente em torno de quatro grandes linhas: (1), O património imaterial nacional; (2) As responsabilidades nacionais na Europa e no Mundo; (3) As capacidades e formas de intervenção, no plano da segurança interna e externa e no plano da cooperação civil-militar; e (4) Propostas e contributos para uma estratégia de segurança nacional. Tais directrizes sistematizam a multiplicidade das ideias e das intervenções que deram resposta aos objectivos primordiais do C.N.S.D., investido como modelo para a acção, reflexivo, aberto e útil para o exame de problemas e de soluções alternativas em sede de matéria num tempo urgente de escolhas, nomeadamente de escolhas de futuros.

Por isso, cedo sobe no Congresso a bandeira dos valores: a defesa da integridade das instituies e a segurança do valor e da dignidade da pessoa humana. O céu dos princípios foi ainda invocado através de virtudes como a abnegação e a firmeza de carácter, o amor a Portugal e a devoção ao trabalho, a honra e a lealdade. Sob qualquer ângulo que se examine, a Política — por muito que alguns teimem em não aceitar ou simplesmente não consigam compreender —  a *arte do bem comum*, e nunca outra coisa qualquer. Por isso admite a gradação do uso da ameaça e/ou da força como último argumento, dado saber que nem todos os fins justificam os meios.

1. A realização deste I Congresso Nacional de Segurança e Defesa é a sua mais fundamental mensagem, pois reúne um conjunto de saberes e de vontades que, a expensas próprias, de tempo e de espaço, se ergue na Sociedade para reflectir, em liberdade e com pluralismo, sobre Portugal e os desafios nacionais, num ambiente estratégico pautado pela crescente incerteza, complexidade e volatilidade, dentro e fora de portas, aquém e além-mar.

As ameaças hoje actvantes sobre os Estados transcendem as tradicionais disputas a requerer os isolados instrumentos diplomático e militar, subjacentes a uma pura lógica conflitual, pois espraiam-se por problemas de natureza humana, econmica, social, ambiental, cultural e mesmo religiosa, de que são expressão preocupante o desemprego e a pobreza, o crime organizado e o terrorismo, a chamada *cybersegurana* ou os riscos demográficos e climáticos. De maior ou menor magnitude e intensidade, são temas configuráveis com força bastante para desestabilizar os sistemas doméstico, europeu e internacional. Desafiam a segurança interna e a defesa externa das democracias. Logo: Portugal e o espaço ocidental.

A conjuntura e os mentores imprimiram uma direc o própria aos trabalhos do Congresso. Uma orienta o geral caracterizada por um ambicionado critério de exigência na tematiza o e na composi o dos debates realizados antes e durante a presente sessão plenária, promovidos de Norte a Sul, em moldes variados, envolvendo Universidades, Institui es e Empresas, líderes, investigadores e profissionais diversos, assim colocando em diálogo pessoas com conhecimentos próprios, distintas experiências e várias gera es.

2. Deste modo se cumpriu o compromisso do Congresso com o fomento das capacidades para, em torno dos mencionados eixos de debate, gerar reflexão estratégica, a qual tanto cabe ao Estado como exige aos cidadãos. Os elementos de identidade das gentes e as competências na rede das institui es evidenciam um país com ambi o de futuro. A atitude importa. Portugal é hoje uma na o materialmente desenvolvida, mas geradora nos seus vários sub-sistemas — do político e cultural ao econ mico e social até ao comunicacional, demográfico e ambiental — de desequilíbrios, iniquidades, mesmo exclusão e polariza o para as actuais e as futuras gera es.

Ora, o factor de união neste diálogo transdisciplinar foi e   Portugal, sob a premissa de que os temas de segurança e de defesa adquiriram uma reforçada visibilidade, a qual, a exemplo do ocorrido noutros países europeus, a reconduzem incontornavelmente ao *plano da política estratégica*. Esta é uma esfera com forma, atributos e critérios próprios, onde, no apelo tribun cio   mobiliza o de pessoas, famílias e organiza es, pesam a qualidade da visão, da missão e da liderança da comunidade.

A sensibilização da sociedade civil para as questões de segurança e de defesa deve ser uma prioridade estratégica do Estado. Mas existem outras para ponderação quando se examinam os cenários prospectivos do interesse nacional. Um exemplo. Os processos e os procedimentos de decisão e de eventual emprego das diferentes forças a nível interno devem repensar-se no sentido de garantir as capacidades de prevenção e de operacionalização, nomeadamente em situações de eminência ou mesmo de crise. A lição das experiências externas das forças armadas e dos serviços de segurança podem aqui servir de referência, dado o positivo patrimnio acumulado em várias partes do globo nas missões de paz ou nas de assistência humanitária. Em causa estão tanto ganhos de efectividade e consistência, como de afirmação de Portugal no mundo, como ainda de boas práticas exportáveis através de programas e parcerias nacionais e internacionais.

3. Múltiplos riscos foram identificados, escalpelizados e tratados no Congresso, nomeadamente nas dimensões técnicas e programáticas. Em foco estão desafios maiores, pois produzem resultados e efeitos até capazes de hipotecar parcelas de futuro. O último relatório do PNUD (2009) alerta para o perigo de que a importância crescente dada pelos Governos aos planos econmicos — aliás, ora de estímulo, ora de austeridade — ignore questões fundamentais para a segurança humana como a sobrevivência dos desfavorecidos. Ora, este não é um conceito abstracto, pois respeita a crises e  gestão de crises, mas com pessoas lá dentro. Politologicamente, porém, deve concluir-se mais: paira grave ameaça sobre os estratos médios que apoiam o império da lei e a tica da liberdade.

Os últimos dados do Eurostat (Junho2010) sobre a geografia da pobreza indicam que um em cada seis europeus luta com dificuldades no dia-a-dia e este número ascende a 39% em Portugal — ou seja, quatro em cada dez dos nossos concidadãos arrisca a escassez a níveis vitais. A História demonstra ser este tipo de cenário, um poderoso rastilho para conflitos de maior ou menor intensidade e que nos centros estratégicos já se conceptualiza como o “cenário do medo”.

Portugal deve manter-se preparado para satisfazer as obriga es de solidariedade no campo da segurança e da defesa decorrentes da participa o na NATO e na UE, mas na escolha da forma como o deve fazer. Face à diversidade de possíveis missões e modalidades de actua o, deve pesar op es de especializa o, ponderar a escolha criteriosa de parceiros e sobretudo privilegiar o que mais convenha   singularidade da sua posi o geopolítica. A simultânea presença na NATO e na PCSD convida objectivamente a potenciar as capacidades próprias, tal qual a contiguidade geográfica e de valores com Espanha e os Estados Unidos da América sugerem mais estreitos programas cooperativos no campo da inova o & desenvolvimento, entre outros.

Na bissectriz. Este esforço de síntese aponta para uma nota particular e uma tese a convidar a mais trabalhos do tipo do I CNSD. Também para uma cláusula de salvaguarda: Ao invés de replicar receitas alheias ou repetir esforços dos que já examinaram questões técnicas e conceberam programas e políticas públicas, amiúde até desajustadas   realidade portuguesa ou tornados obsoletos num mundo onde a revolu o comunicacional todos os dias manufactura as percep es com satélites, fibras ópticas e redes sociais, importará doravante concentrar a aten o em questões críticas de futuro para uma estratégia nacional.

Gerar ideias   talento raro, e saber aplicá-las também. Ponto interessante a registar é o de a generalidade dos trabalhos apresentados ao Congresso partirem de uma reflexão estratégica da segurança e de defesa nacional, na qual foram desenvolvidos temas específicos, cada um destes fruto de análise contextualizada, concluindo com propostas de actuação no sentido de dotar o País de capacidades adequadas aos desafios identificados. Este facto tem significados a reter.

Primeiro: Significa que o País está a robustecer a massa crítica nas várias vertentes ligadas às questões vitais da soberania nos planos interno e no externo. Segundo: Significa isto que, em Portugal, muitos se conduzem segundo juízos de facto e fazem justiça àquilo que Adriano Moreira ensina como “o sentido  tico de lealdade ao interesse permanente de Portugal que, de regra, orienta os seus responsáveis políticos, quando acertam ou quando erram. Uma linha que — afirma o Professor — apoia a clara e assumida diferenciação de leituras partidárias, mas também a convergência quando é um interesse nacional geral que determina a cooperação”.

Portugal necessita avançar neste trilho para revigorar os produtos e a sua cultura estratégica, dignificar e cuidar do seu patrim nio universalista, enobrecer e servir o seu povo. Isto, se quiser honrar aquele sentido  tico de lealdade ao interesse permanente de Portugal e a fim de otimizar o emprego dos seus factores materiais e imateriais de poder — tomado este (sejamos precisos) como capacidade de gerar espaços de autonomia de decisão num sistema gravitacional de interdependências como é o mundo do século XXI. Para isto e porque acima da circunstância, Portugal precisa tanto de estadistas quanto de cidadãos.

— *Muito obrigada pela atenção dispensada.*